



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

14 de julho 2015



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Cidade

Data: 14/07/2015

Assunto: Assembleia Legislativa

Página: 07

## Notícias do Dia

### Assembleia quer limpar pauta

A Assembleia Legislativa faz nesta semana as últimas sessões antes do recesso do meio do ano. Cerca de 30 projetos devem estar na pauta nesta terça e quarta-feira, mas as matérias ainda não foram selecionadas. Hoje, a expectativa é de votações tranquilas, já que nenhum projeto polêmico deve ser analisado.

O debate mais intenso deve ficar concentrado amanhã, quando entra em pauta a proposta de fusão da Agesan (Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico) com a Agesc (Agência Reguladora de Serviços Públicos) e a criação da Aresc (Agência de Regulação de Serviços Públicos).

A proposta, enviada pelo governo do Estado em abril, representa a primeira parte da reforma administrativa prometida pelo governador Raimundo Colombo (PSD) como prioridade. A matéria tende a ser aprovada, mas não sem debate. "Serão cerca de 30 projetos, mas nem todos são polêmicos. O mais polêmico é sobre a fusão das agências, que pode criar mais dificuldade", avaliou o líder do governo na Alesc, deputado Silvio Dreveck (PP).

Valdir Cobalchini (PMDB), relator da proposta na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), avalia que "será aprovada com facilidade". "O meu parecer e voto foram muito criteriosos, mostrando que há vantagens para o Estado com a fusão. Amplia-se a área de abrangência, diminui o custo para o Estado. Ficou comprovado o interesse público", garantiu o deputado da base do governo.

Representante da oposição, a deputada Luciane Carmínatti (PT) discorda da expectativa de tranquilidade da votação. "Iremos propor algumas emendas e fazer o debate no sentido de que isso não significa investimento em saneamento ou economia de gastos", aponta.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

### Mudança na SDR é desafio do segundo semestre

Pelo menos dois projetos devem concentrar a atenção dos deputados a partir de agosto: o Plano Estadual de Educação e a transformação das SDR (Secretarias de Desenvolvimento Regional) em agências.

Principal crítico da mudança, o PMDB começa a sinalizar posição favorável à proposta do governo do Estado quanto à SDR. "Não mexendo na essência de descentralização, não vejo dificuldades. O corte de cargos

não encontra resistência", garantiu Valdir Cobalchini (PMDB). "O momento é de reduzir custos", completou o líder do governo, Sílvio Dreveck (PP).

Para Luclane Carminatti (PT), é preciso voltar os olhos para Santa Catarina. "O primeiro semestre foi atípico por conta da conjuntura econômica e política. A sensação é de que ainda não terminou a eleição presidencial. Isso acabou prejudicando o andamento dos trabalhos", ponderou.

### Greve dos professores pautou o início do ano

O ponto mais delicado do primeiro semestre, para o líder do governo, Sílvio Dreveck (PP), foi a greve dos professores, que permaneceram acampados na Assembleia por mais de um mês e foram responsáveis por uma derrota do governo na Casa – a retirada da Medida Provisória 198, que excluía o ACT (Admitido em Caráter Temporário) da tabela da categoria. "Foi uma greve muito mais ideológica

e corporativista", criticou Dreveck.

Convidado em janeiro por Raimundo Colombo (PSD) para ser líder do governo, apesar de seu partido não fazer parte da base que o levou à reeleição, Dreveck admite que esperava que o trabalho fosse mais ameno.

"Acreditava que seria mais fácil, mas tive a compreensão de que com esse ambiente político era preciso paciência e persistência para avançar", pondera.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Editoria:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Data:</b> 14/07/2015
<b>Assunto:</b> Eleição de diretores		<b>Página:</b> Online



### Sinte/SC questiona regra que impede grevistas de participarem da eleição para diretor de escola

Texto encaminhado pelo Sinte/SC

Quando pensamos em processo democrático precisamos levar em conta a importância que o mesmo tem na formação política e cidadã da sociedade. A escola é um espaço privilegiado que deve ser usado para propor caminhos que levem a reflexão e tomada de consciência levando as pessoas a entenderem seus direitos como também seus deveres. Isto certamente, se refletirá nas atitudes individuais e coletivas de cada um/a e na sua qualidade de vida, fortalecendo a democracia.

A Constituição Federal de 1988 constituiu o Estado Democrático de Direito no Brasil, isso significa, primeiramente, que todo poder emane do povo, bem como, a proteção e garantia dos direitos fundamentais seja uma questão primordial, como meio de proteção e respeito aos cidadãos.

O SINTE/SC sempre teve como princípio a defesa acirrada da democracia e do Estado Democrático de direito, por isso somos contrários a qualquer atitude ou ação que venha a ferir a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos. Por isso, para nós é inaceitável a forma como o governo vem encaminhando o processo de eleições dos/as diretores/as nas escolas.

Ao impedir que profissionais grevistas participem do Plano de Gestão alegando que as faltas injustificadas são um impeditivo a sua participação, deixa bem claro quem realmente tem o poder, e certamente não é o povo.

Não podemos concordar que trabalhadores sejam impedidos de exercer o seu direito de participar de qualquer processo em função de faltas de greve, estas já negociadas na mesa.

Portanto se alguém ainda não tinha entendido a falta de democracia da proposta do governo, agora não tem mais dúvidas do que ele está propondo, uma democracia de cabresto e para um/a bom/a entendedor/a meia palavra basta e o recado é muito claro. "Eu sou o dono da caneta e ativistas não são bem vindos/as".



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 14/07/2015
<b>Assunto:</b> Deficiências		<b>Página:</b> Online



### EDITORIAL: EDUCAÇÃO DEFICITÁRIA

**"Pesquisa feita com jovens revela um dado preocupante: existe uma desconexão entre o que é ensinado nas escolas e os conhecimentos e habilidades exigidos na vida adulta", afirma jornal**

**Fonte: O Progresso (MT)**

A pesquisa Projeto de Vida – O Papel da Escola na Vida dos Jovens, da Fundação Lemann - feita com jovens que terminaram o Ensino Médio e apresentada ontem revela um dado preocupante: existe uma desconexão entre o que é ensinado nas escolas e os conhecimentos e habilidades exigidos na vida adulta. O estudo aponta que faltam aos jovens competências básicas em comunicação, raciocínio lógico e tecnologia, além de dificuldades de interpretar o que leram, de se expressar oralmente e de construir argumentos consistentes. Como se não bastasse tantas falhas no Ensino Médio, a pesquisa confirma ainda que os jovens sentem dificuldades para escrever textos do dia a dia, como um e-mail, e enfrentam problemas de concordância e ortografia, ou seja, a grade curricular precisa ser reformulada com urgência para impedir uma tragédia educacional ainda maior num futuro não muito distante. Ainda mais grave é constatar que, no campo do raciocínio lógico, os jovens não dominam conteúdos básicos da matemática, têm dificuldades com estimativas de valores, com cálculos de descontos e reajustes e para ler planilhas e gráficos.

Em outra frente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) revela que apenas 54,3% dos jovens brasileiros conseguiram concluir o Ensino Médio até os 19 anos de idade. O percentual, ainda que vergonhoso, é melhor que o apurado em 2007, quando somente 46,6% dos jovens concluíram o Ensino Médio até os 19 anos de idade, ou seja, em cinco anos houve um avanço razoável, mas, ainda assim, preocupante a partir do momento em que para cada grupo de 100 estudantes apenas 54 conseguem finalizar o Ensino Médio dentro do prazo. Nesse ritmo, dificilmente se atingirá a meta proposta pelo Movimento Todos pela Educação para que se garanta educação de qualidade até 2022, quando, pelo menos, 90% dos jovens concluíam o Ensino Médio até os 19 anos de idade. A situação do Ensino Fundamental é um pouco melhor, com 71,7% dos jovens conseguindo concluir essa etapa até os 16 anos de idade, percentual bem abaixo da meta para 2022 quando 95% desse público deve concluir os estudos dentro do prazo. O Ministério da Educação prometeu mudanças



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

importantes no Ensino Médio, mas, na prática, pouca coisa mudou a ponto de melhorar a qualidade da educação pública oferecida no Brasil.

Outro desafio está no Ensino Médio, onde as grades curriculares não são atrativas, os índices de evasão são elevadíssimos e os estudantes demoram, em média, 7 anos para concluir os 4 anos do ciclo. Em outra frente, o Movimento Todos Pela Educação alerta que nove em cada dez municípios brasileiros não atingiram o percentual mínimo de alunos com desempenho adequado em matemática no 9º ano do Ensino Fundamental, ou seja, somente 10,8% dos municípios atingiram a meta intermediária calculada para que, em 2022, bicentenário da Independência do Brasil, pelo menos 70% dos alunos tenham aprendido adequado nesta disciplina. Os números foram apurados pela Prova Brasil e revelam que na disciplina português apenas 29,6% dos municípios atingiram o nível intermediário, de forma que o percentual de cidades que atingem as metas do Todos Pela Educação vem caindo nos últimos anos.

O fato é que entre os 40 países avaliados pela Economist Intelligence Unit, o Brasil conseguiu ser melhor apenas que o México e a Indonésia nos indicadores de capacidade cognitiva e sucesso escolar, sobretudo nos índices de alfabetização e aprovação escolar. No topo do ranking de qualidade educacional estão Coréia do Sul, Japão, Cingapura e Hong Kong, todos com índices positivos. Fica patente a necessidade de se questionar a eficiência dos sistemas educacionais do Brasil para suportar índices de crescimento econômico no longo prazo, já que a educação é pressuposto fundamental para o desenvolvimento. Em 2013, o Brasil havia obtido um score de -1,65 e em 2014 o indicador ficou -1,78, o que mostra que o país está mais distante da média dos 40 países avaliados, já que quanto maior o índice, pior será a educação ofertada. Os dados do Economist Intelligence Unit revelam que o Brasil precisa aumentar em 30% o número de professores de ciência e matemática para aliviar as pressões sob o contingente atual, que está sobrecarregado e carece não apenas de treinamento, mas, sobretudo, de valorização profissional e de melhores condições de trabalho.